

Identidade e identificação racial em questionários sobre cultura política¹

Éder Rodrigo Gimenes²

Resumo: Este trabalho se justifica pela observação dos diferentes critérios utilizados em pesquisas dessa natureza para classificação racial em questionários sobre cultura política: a autopercepção identitária pelo entrevistado e a percepção visual daquele pelo entrevistador. Diante destes critérios surgiram os seguintes questionamentos: Existe uma melhor forma de abordar a questão racial em questionários de cultura política? Se existe, qual: a identificação visual pelo entrevistador ou a autopercepção do entrevistado com relação a sua raça? O objetivo da pesquisa é a discussão acerca da questão da autopercepção identitária. Para tanto, a metodologia de pesquisa adotada foi a pesquisa bibliográfica, dividida em seções que tratam da identidade e da autopercepção racial, da identidade brasileira e da relação entre identidade e autopercepção racial no Brasil. A conclusão da pesquisa evidenciou que, diante das diferentes percepções identitárias raciais que os indivíduos possuem tanto em relação a si próprios quanto em relação aos demais, o mais correto seria abordar ambos os critérios, a autopercepção identitária racial do entrevistado e a percepção visual do entrevistador, no desenvolvimento do questionário de cultura política em questão.

Palavras-chave: Identidade. Autopercepção racial. Cultura política. Identidade brasileira.

Abstract: This work is justified by observation of the use of different criteria in research of racial classification in political and cultural questionnaires: the self-perception of identity by the interviewee and the visual perception by the interviewer. Observing these criteria the following questions arose: Is there a better way to address the racial question in questionnaires of political culture? If so, where it is the visual identification by the interviewer or the interviewee's perception with regard to their race? The objective of this research is to discuss the issue of self-perception identity. Therefore, the research methodology used was bibliography research, divided into sections dealing with the perception of racial identity, one that talks about Brazilian identity, and the relationship between identity and racial self-perception in Brazil. The research conclusion showed that in front of different perceptions of racial identity that individuals have about itself and in relation to the others, the most correct approach would be to use both criteria, self-perceived racial identity of the interviewee and interviewer's visual perception, in the questionnaire development of political culture in question.

Keywords: Identity. Racial self-perception. Political Culture. Brazilian identity.

Considerações iniciais

O desenvolvimento de pesquisas sobre cultura política utilizando métodos quantitativos implica, geralmente, na elaboração de questionários para análise dos valores, crenças e atitudes políticas dos entrevistados. Nesse sentido, a definição dos temas abordados no questionário se constitui em uma etapa de fundamental importância ao melhor desempenho da pesquisa.

Com vistas à formulação de um questionário referente a um projeto de pesquisa sobre cultura política para elites não-estatais, para a qual tomou-se por base diversas fontes e tipos de materiais, verificou-se a recorrência de certas variáveis na maior parte dos arquivos

¹ Artigo aprovado como requisito para conclusão da disciplina “Tópicos Avançados em Identidades”, oferecida pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá (PGC/UEM).

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá (PGC/UEM). E-mail: ergimenes@uem.br

analisados, dentre as quais destacam-se escolaridade, religião, vínculos com instituições, interesse por política, visão sobre a democracia, ações impositivas do governo contra a democracia, posicionamento político, filiação partidária e eficácia política subjetiva. Faz-se importante salientar que, para tanto, foram pesquisados artigos, teses, monografias e questionários, tanto cujo objeto de pesquisa se trata especificamente de cultura política quanto materiais com objetivos mais amplos, em que a cultura política é abordada na discussão, no questionário e na análise dos dados.

Por meio da análise do material verificou-se que a formulação das questões, que se apresenta de diferentes formas em grande parte dos materiais pesquisados, não interfere no entendimento ou na interpretação das respostas concedidas pelo entrevistado na grande maioria dos casos. Entretanto, em se tratando da identificação racial tal lógica não se aplica em função das diferentes formas como esta questão é abordada nos questionários.

Preliminarmente, cabe ressaltar que não foi identificada a presença de nenhum tema na totalidade dos materiais pesquisados. Em se tratando especificamente dos materiais nos quais constam questões relativas à identificação racial verificou-se a existência de duas formas de questionamento da referida identificação: a percepção visual do entrevistador e a autopercepção do entrevistado quanto à sua “raça”³.

A análise de tais questões levou em consideração o critério de identificação racial adotado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a questão referente à identificação racial é a seguinte: “A cor da raça do morador é:”. Tal questão trata da autopercepção racial do entrevistado e apresenta cinco opções de respostas, quais sejam: branca, preta, amarela, parda, indígena. Sobre tais opções, vale ressaltar que por “amarelos” o IBGE (2008) classifica indivíduos de origem japonesa, chinesa, coreana etc. e por “pardos” os indivíduos mulatos, caboclos, cafuzos, mamelucos ou mestiços de preto com pessoas de outra cor ou raça. Além disso, o IBGE opera ainda com a percepção racial do entrevistado pelo entrevistador.

Amorim (2006) e *World Values Survey* (2006) tratam a identificação racial do entrevistado pelo entrevistador em suas pesquisas, uma vez que em seus questionários a informação “assinale o grupo étnico usando apenas a observação” é apresentada quando se trata de identificação racial ao invés de uma questão formulada, sendo que o primeiro

³ Preliminarmente, faz-se necessário destacar a diferença entre raça e cor, fundamental à identificação racial: raça refere-se ao fator biológico, enquanto cor corresponde à aparência física e à posição social do indivíduo. Por exemplo, a terminologia de cores nos reporta a categorias como branco, preto, pardo e mulato, ao passo que o termo “negro” diz respeito à categoria racial a qual todos os brasileiros afro-descendentes podem se filiar (MITCHELL, 2009).

questionário restringe a avaliação do entrevistador a quatro categorias, excetuando a etnia indígena e a opção por outra etnia, enquanto o segundo apresenta as mesmas categorias arroladas pelo IBGE.

Nas pesquisas mencionadas com tal característica, a variável identidade racial é abordada tomando por base a subjetividade visual do entrevistador, uma vez que tal informação consta no questionário com a clara instrução para anotação pelo entrevistador sem questionamento oral ao entrevistado, como ocorre, por exemplo, com a questão relacionada ao gênero em grande parte dos questionários. Em pesquisas com tal característica, a informação quanto à identidade racial do entrevistado a ser analisada depende, exclusivamente, do conceito de identificação racial intrínseco ao entrevistador, critério adotado pelo IBGE para o Censo 2010.

Por sua vez, *Latin American Public Opinion Project - LAPOP* (2008), Bolognesi (2006), Perissinotto; Gouvêa; Codato (2005a), Perissinotto; Gouvêa; Codato (2005b) e Codato *et al* (2004) apresentam em seus questionários questões relacionadas à identidade racial a serem respondidas pelos entrevistados, de modo que a informação a ser utilizada para a análise dos dados, nesses casos, é a autopercepção racial dos entrevistados.

Perissinotto (2010) relaciona à variável “raça” como informação a ser tomada junto ao entrevistado, sem questão específica para tanto. Os demais autores que optam pela autopercepção identitária racial dos entrevistados em seus questionários utilizam basicamente duas formas de questionamento, uma que cita os critérios do IBGE na elaboração da pergunta e outra que consiste na simples questão “cor” ou “cor do entrevistado”. Codato; Costa; Perissinotto (2006) relacionam as mesmas alternativas arroladas pelo IBGE, ao passo que Perissinotto; Gouvêa; Codato (2005a), Perissinotto; Gouvêa; Codato (2005b) e Codato *et al* (2004) incluem a opção “não respondeu” e LAPOP (2008) inclui ainda as opções para outras identificações e para o caso do entrevistado não saber ou não responder à questão.

Diante da identificação da necessidade de utilização da variável identidade racial como questão relacionada à cultura política no questionário referente ao projeto de pesquisa anteriormente mencionado e das diferentes formas de abordagem da referida questão em questionários pesquisados, surgiram os seguintes questionamentos: Existe uma melhor forma de abordar a questão racial em questionários de cultura política? Se existe, qual: a identificação visual pelo entrevistador ou a autopercepção do entrevistado com relação a sua raça?

Visando responder a esses questionamentos, o presente artigo tem por objetivo a

discussão acerca da questão da autopercepção identitária. Para tanto, a pesquisa encontra-se dividida em distintas seções, que tratam do conceito de identidade e autopercepção racial, da identidade brasileira e da relação entre identidade e autopercepção racial no Brasil.

1. Identidade

A categoria identidade pode ser reconhecida, ainda que de maneira preliminar, na obra **Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a noção do “eu”**, de Marcel Mauss (2003 [1938]), em que o autor afirma que a noção de pessoa é permeada por uma entidade social que reveste a vida dos indivíduos em sociedade por meio de direitos, religiões, costumes, estruturas sociais e mentalidades. Conforme Santos (1995, p. 136), “a preocupação com a identidade não é, obviamente, nova. Podemos dizer até que a modernidade nasce dela e com ela”.

As décadas de 1960 e 1970 e os seminários sobre identidade e etnicidade de Lévi-Strauss e Barth foram responsáveis pelo surgimento de um controverso objeto de pesquisa de dupla propriedade, marcado pela presença quase obsessiva da identidade na totalidade das ocorrências da vida social e pela possibilidade de sua descoberta e autonomização enquanto objeto de análise. Tais referências representam um ponto de orientação à antropologia por conta do surgimento da possibilidade de distanciamento crítico em relação à identidade enquanto categoria interna da disciplina (AGIER, 2001).

Segundo Lévi-Strauss (*apud* Agier, 2001), a identidade é um componente do universalismo, de modo que as mais diversas experiências humanas são, ao menos parcialmente, mutuamente inteligíveis. Além disso, para Lévi-Strauss, cada sociedade ou cultura trata a questão da identidade como uma profusão de elementos cuja síntese necessariamente coloca um problema, o que implica afirmar que a identidade se esconde no coração das sociedades.

Assim, identidade seria “uma espécie de abrigo virtual ao qual é indispensável nos referirmos para explicar um determinado número de coisas, sem que este tenha jamais uma existência real” (AGIER, 2001), o que implica inferir que se tal referência é indispensável, justifica-se a existência de outras razões para a identidade.

Conforme a abordagem contextual, não existe definição de identidade por si mesma, uma vez que os processos identitários não existem fora do contexto, ou seja, são sempre relativos a algo. Já a concepção relacional toma como ponto de partida para discussão das identidades individuais ou coletivas o fato de o indivíduo ser, sempre e necessariamente, o

outro de alguém, o que o levaria a “pensar-se a si próprio a partir de um olhar externo, até mesmo de vários olhares cruzados”. Nesse sentido, “o processo identitário, enquanto dependente da relação com os outros (sob a forma de encontros, conflitos, alianças etc.), é o que torna problemática a cultura e, no final das contas, a transforma” (AGIER, 2001, p. 9).

Para Hall (2006), em seu estudo acerca da identidade cultural na pós-modernidade, existem três diferentes concepções de identidade, quais sejam: a identidade do sujeito do Iluminismo, a identidade do sujeito sociológico e a identidade do sujeito pós-moderno.

O sujeito do Iluminismo seria um indivíduo centrado, racional, de consciência e ação, cuja identidade emergia em seu nascimento e permanecia essencialmente a mesma durante sua vida, de modo a apresentar uma concepção individualista do indivíduo e de sua identidade. Já o sujeito sociológico teria surgido a partir da concepção de que o indivíduo não seria autônomo e autossuficiente e sofreria interações sociais e culturais diante das quais sua essência se formaria e se modificaria. Diante das diversas interações e consequentes alterações na identidade do indivíduo surgiria o sujeito pós-moderno, que não possui uma identidade fixa, essencial ou permanente, mas uma identidade construída historicamente, variável conforme o momento e as interações às quais o indivíduo é submetido.

Nesse sentido, Hall (2006, p. 13) afirma que

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente.

Tal afirmação de Hall vai ao encontro do argumento de Santos (1995, p. 135), que afirma que “identidades são, pois, identificações em curso”. Ainda segundo este autor,

[...] o processo histórico de descontextualização das identidades e de universalização das práticas sociais é muito menos homogêneo e inequívoco do que antes se pensou, já que com eles concorrem velhos e novos processos de recontextualização e de particularização das identidades e das práticas (SANTOS, 1995, p. 144).

Desta forma, é possível inferir que existem diferentes formas de identidades e que estas são mutáveis e heterogêneas. Em se tratando da formação da identidade étnica, Zambom (2003) destaca, baseada em estudos anteriores de outros autores, quatro diferentes maneiras de interpretação da identidade racial sob os panoramas da autopercepção e da percepção sobre outros indivíduos e instituições, quais sejam: 1) conformidade, estágio em que ocorre a

internalização dos valores do grupo majoritário em relação ao grupo racial do indivíduo, que pode conduzir à aceitação e preferência pelos valores do grupo majoritário e a avaliação negativa do próprio grupo; 2) dissonância, caracterizada pela ambivalência e confusão quanto aos valores do grupo majoritário e pelo interesse pelo próprio grupo racial; 3) resistência, quando os indivíduos possuem sentimentos negativos em relação ao grupo majoritário e idealizam seu próprio grupo racial, buscam informações sobre seu grupo e se envolvem em movimentos sociais e políticos referentes a questões étnicas; e 4) internalização, em que por meio de estratégias de intelectualização e abstração os indivíduos possuem uma identidade étnica positiva e desenvolvem habilidades de reconhecimento e resistência às mensagens negativas ao estereótipo de seu grupo racial.

Diante dos conceitos acerca de identidade e das afirmações por diferentes autores de sua mutabilidade e, ainda, das diferentes formas de interpretação da identidade racial expostas por Zambom é possível inferir que a questão identitária, no que concerne à natureza racial, é uma variável cujo estudo demanda atenção.

2. A identidade brasileira

Um povo se distingue dos outros pelas particularidades de sua vida, sua língua, suas instituições e o modo como se representa seu caráter coletivo, numa construção identitária explicada em sua formação por fatores geográficos, étnicos, econômicos, sociais e culturais.

Nesse sentido, desde o início do processo de construção da identidade brasileira os indivíduos que habitavam o país eram vistos pelos europeus como gente bizarra ou exótica, por conta da soma da tropicalidade índia e de africanidades. “Não somos e ninguém nos toma como extensões de inúmeras identidades. Não se enxerga os nossos tantos outros valores, a ponto de se ignorar qualquer dimensão intelectual brasileira” (SCHEYERL; SIQUEIRA, 2008, p. 377).

O fato é que tratar da identidade brasileira implica em reconhecer um país de contrastes, uma vez que sua sociedade não é homogênea. Gilberto Freyre, por exemplo, em **Casa Grande e Senzala** (1963), discorreu sobre a organização da família patriarcal no Nordeste, no contexto do ciclo da cana-de-açúcar e da família semipatriarcal no Sul, no contexto do ciclo do café, com diferentes influências no processo de construção do caráter nacional.

A primeira representação sobre o brasileiro foi produzida por Pero Vaz de Caminha ao Rei D. Manuel ainda em 1500, quando os índios encontrados foram chamados de bárbaros,

que deveriam ser amansados e apaziguados, gente bestial, de pouco saber e esquivada. Apesar disso, Caminha disse que os índios eram simples e inocentes e que se entendessem a língua dos portugueses ou vice-versa logo seriam cristãos, “uma vez que Nosso Senhor lhes deu bons corpos e bons rostos”. Com o tempo, os índios passaram a ser vistos como canibais, detestáveis e carentes, mas ainda assim passíveis de salvação pela Igreja (SCHEYERL; SIQUEIRA, 2008, p. 378).

Com a chegada dos escravos, os defeitos do caráter brasileiro, como a tristeza e o desapego a terra foram considerados aspectos típicos raciais atribuídos a índios e escravos, considerados por autores do século passado como “bodes expiatórios” de um momento que fez parte da construção da identidade nacional. Considerando a forma como os portugueses trataram os índios e a forma como os negros foram retirados de sua terra e escravizados na terra que hoje é o Brasil, é compreensível que esses grupos não demonstrassem alegria e, ainda no caso dos negros, nenhum apego a terra.

Entretanto, há autores que destacam a bondade como principal característica da identidade nacional a ser atribuída a esse período, já que os negros e, posteriormente, os outros estrangeiros que chegaram ao Brasil, se adaptaram às regras do país, uma terra “mais maternal, mais doce, mais acolhedora e mais humana” (SCHEYERL; SIQUEIRA, 2008, p. 379).

É nesse contexto que Sérgio Buarque de Holanda (1963) discorre sobre o homem cordial ao tratar da tolerância aos estrangeiros e da forma acolhedora como foram introduzidos à vida social brasileira. A imagem do homem cordial de Holanda é contestada por alguns autores que afirmam que o homem brasileiro não era gentil e pacífico por excelência, já que houve inúmeros conflitos entre índios, negros e brancos no decorrer da história.

No século XIX, com a transferência da família real para o Brasil, emergiu a discussão sobre a prevalência do clima frio-temperado e da civilização europeia sobre o clima tropical, responsável pelo relaxamento do organismo e pela preguiça do brasileiro, conceito que existe até os dias atuais.

O brasileiro preguiçoso levou ao aparecimento da figura do malandro, que alcançaria determinadas conquistas por meio de sua ginga e simpatia, como destaca Damatta (1983) ao tratar do jeitinho brasileiro e do “você sabe com quem está falando?” em **Carnavais, malandros e heróis** e mesmo Holanda (1963), que apesar de ter tratado o brasileiro como homem cordial, apresentou os ibéricos como um povo pouco simpático ao trabalho e atraído

pela aventura.

Sobre a forma como a imagem do malandro brasileiro se espalhou pelo mundo, o fato é curioso: depois de uma visita ao Brasil em 1943, durante a Segunda Guerra Mundial, Walt Disney criou um novo amigo para o Pato Donald, o Zé Carioca, “papagaio simpático e conversador que habitava os morros do Rio de Janeiro e que, com sua alegria e gingado, levava a vida na ‘flauta’ [...] uma espécie de *bon vivant* tropical, cheio de ginga, que não se adaptava a empregos formais e vivia de ‘bicos’” (SCHEYERL E SIQUEIRA, 2008, p. 382).

Resultado de três raças, condicionado pelo meio físico, cordial, pacífico, tolerante, altruísta, apegado ao passado europeu e português, religioso, mas sem profundidade, emotivo, mais coração que razão, resignado, imitador de estrangeiro, mestiço, afetivo, apegado ao material, machista, sensual, apático, patriota, saudosista, colecionador de títulos, amante de vaidades, hospitaleiro, boa-vida, malandro, conciliador, moreno, misto de Jeca-Tatu-Macunaíma-e-Pedro-Malasartes: todos estes perfis já serviram para qualificar o brasileiro. E, no entanto, sociólogos, antropólogos, cientistas, pensadores e homens comuns não se sentem em casa com nenhuma destas qualificações. Sobre cada uma delas se poderia dizer: “Sim, mas... não é só isto!” (RIBEIRO, 1994, p. 15).

A questão da identidade brasileira, a brasilidade, se constituiu em um dos primeiros problemas que os cientistas sociais do país buscaram resolver no fim do século XIX, cuja existência se comporia por duas vertentes distintas: um patrimônio cultural harmonioso e conservado no tempo e espaço e a partilha desse patrimônio por todas as camadas sociais. Mais de um século antes, na segunda metade do século XVIII, os intelectuais europeus já debatiam sobre a existência ou não de identidades por meio de qualidades específicas de grupos étnicos e culturais específicos quanto à suas qualidades físicas e peculiaridades psicológicas (QUEIROZ, 1989).

Tal preocupação por parte dos intelectuais europeus fez surgir uma nova ciência na segunda metade do século XIX, mais precisamente em 1859, conhecida como *Völkerpsychologie*, na Alemanha, *Folk Psychology*, na Inglaterra, e *Psychologie des Peuples*, na França. Entretanto,

já muito antes do aparecimento desta disciplina, humanistas de diversas origens – franceses, alemães, ingleses, italianos – se referiam em seus trabalhos à ‘identidade de um grupo’, ‘à identidade de um povo’, buscando traços físicos, hábitos, qualidades morais e intelectuais que caracterizassem cada região ou cada país, inclusive o seu próprio. Traços corriqueiros foram muitas vezes considerados por eles como sinais indiscutíveis de identificação (QUEIROZ, 1989, p. 27).

A mesma autora ressalta ainda que, atualmente, quando intelectuais brasileiros tratam de identidade cultural ou de identidade coletiva não se referem às mesmas noções identitárias

utilizadas pelos intelectuais europeus.

Segundo Lopes (2010), o brasileiro tem mania de se automenosprezar, vício terrível que decorreria da origem dos brasileiros a partir dos negros, índios e portugueses: “o caráter nacional da população desse país teria nascido torto e sem solução. Por compensação, os habitantes do Brasil teriam uma natureza geográfica exuberante e, Deus, de fato, seria nascido aqui”⁴.

Entretanto, atualmente, tanto no Brasil quanto em diversos países da América Latina, a classificação racial não se dá apenas por meio da aparência física e da ascendência, mas também considerando o *status* socioeconômico do indivíduo, o que implica afirmar que no Brasil a classificação racial é fluida e variável, conforme a combinação entre aparência e condição social, cenário em que “a cor seria apenas um dos elementos de que se lança mão na construção social das relações raciais” (CARVALHO, 2005, p. 78).

Neusa Santos Souza, na década de 1980 já estudava a relação entre a questão racial e a condição socioeconômica dos indivíduos da raça negra e, na conclusão de sua pesquisa acerca do discurso do negro sobre o próprio negro a partir da emocionalidade, ou mais especificamente do “custo emocional da sujeição, negação e massacre de sua identidade original, de sua identidade histórico-existencial” (1982, p. 19) afirma que

O negro brasileiro que ascende socialmente não nega uma presumível identidade negra. Enquanto negro, ele não possui uma identidade positiva, a qual possa afirmar ou negar. É que, no Brasil, nascer com a pele preta e/ou outros caracteres do tipo negróide e compartilhar de uma mesma história de desenraizamento, escravidão e discriminação racial, não organiza, por si só, uma identidade negra (SOUZA, 1982, p. 77).

Diante do exposto, a questão racial se mostra complexa e multivariada nos dias atuais, compreendendo em sua análise diversos fatores, como a autopercepção identitária, a percepção identitária do indivíduo em relação aos demais e ainda fatores socioeconômicos.

3. Identidade e autopercepção racial no Brasil

A questão da percepção identitária racial deve ser considerada tanto do indivíduo sobre si mesmo quanto dele em relação aos demais e vice-versa. Em se tratando da relação entre percepção identitária pelo outro e autopercepção racial, Berger e Berger *apud* Praxedes (2010) afirmam que

⁴ Carvalho (1998) discorre sobre a visão da natureza como principal motivo de orgulho nacional, acima de outras razões, como o caráter do povo brasileiro e a história do país, sugerindo que a persistência da visão positiva da natureza pelo povo brasileiro pode estar vinculada à visão negativa sobre si mesmo.

[...] quer a identidade seja atribuída ao indivíduo, quer seja adquirida por ele, ela sempre é assimilada por um processo de interação com outros. São outros que o identificam de certa maneira. Só depois que uma identidade é confirmada pelos outros, é que pode tornar-se real para o indivíduo ao qual pertence. Em outras palavras, a identidade resulta do intercurso da identificação com a auto-identificação. Isto explica até as identidades deliberadamente constituídas pelo próprio indivíduo.

Nesse sentido, há estudos cujos resultados demonstram a tentativa de neutralização de características raciais, uma vez que a identificação pela raça ou pela cor no Brasil reporta a diversas tonalidades mestiças, às quais se associam expressões populares que valorizam o branco em detrimento do negro e ainda conotações transmitidas por meio do humor. Além disso, a identificação racial do indivíduo pode variar de acordo com duas situações: conforme a circunstância social em que o mesmo se encontra e por meio da manipulação da identificação pelo próprio indivíduo a fim de alterar sua posição no espectro das cores (MITCHELL, 2009).

Carvalho (2005) destaca que Telles e Lim desenvolveram um estudo baseado num *survey* realizado pelo **Instituto Data Folha** em 1995, que abordou a questão racial tanto por meio da autopercepção quanto pela classificação pelo entrevistador e enfatizaram

[...] o quanto critérios que chamam de não-físicos afetam as características raciais dos brasileiros, que devem ser tomadas não como fatos objetivos e inquestionáveis, mas como um sistema cambiante, sujeito à percepção social, na qual o status socioeconômico tem um peso considerável. Eles nos mostram que, na determinação das diferenças de classificação entre entrevistadores e entrevistados da pesquisa Data Folha que analisaram, ao lado da renda do entrevistado também tinham influência significativa sua escolaridade, a moradia em cada uma das regiões fisiográficas do país e em zona urbana ou rural (CARVALHO, 2005, p. 78).

As situações sociais se formam a partir da cultura em que os indivíduos e os grupos operam. O grupo se constitui na primeira socialização do indivíduo, onde suas possibilidades de vida se definem conforme sua posição social e suas redes de proteção. É no grupo que o indivíduo internaliza suas crenças sobre mobilidade e encontra a base para a formação de sua identidade social (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2003).

No que diz respeito ao reconhecimento do pertencimento de um indivíduo em relação a um grupo, Del Prette e Del Prette (2003) discorrem sobre a forma como Tajfel enfatiza algumas consequências de tal ação em duas de suas obras, quais sejam:

a) o indivíduo busca um novo grupo se este contribuir para melhorar os aspectos positivos de sua identidade social; b) o indivíduo deixa o grupo que não contribui

positivamente para a sua identidade, a menos que isso seja impossível; c) na impossibilidade de abandonar o grupo, o indivíduo pode reinterpretar os atributos deste, tornando-os mais aceitáveis, ou esforçar-se para melhorar a posição que o grupo ocupa na sociedade.

Nesse sentido, Mota, em artigo que apresenta resultados de sua pesquisa com crianças e adolescentes brasileiros que vivem com os pais imigrantes nos Estados Unidos, trata da questão do pertencimento e da identificação identitária dos indivíduos mencionados com relação ao povo norte-americano. Um trecho da pesquisa relata o seguinte:

“Ouviram do Ipiranga às margens plácidas”... – o hino nacional passa a ser entoado como nunca antes na vida desses jovens. Em situações diversas, na igreja ou nas festas comunitárias em celebração às datas nacionais, o hino ganha força emblemática do patriotismo revitalizado. Da mesma forma, a bandeira nacional encontra seu lugar na maioria das casas – de todos os tamanhos (bem pequena em cima de uma peça ou de tamanho maior tomando toda uma parede), quase sempre solitária, e, às vezes, ao lado da bandeira norte-americana. O deslocamento para a terra estrangeira fica ancorado na terra natal: afinal de contas, enquanto o imigrante não se sente pertencente ao novo país, ele precisa resguardar seu pertencimento ao seu povo de origem. Manifestações de identidade nacional constituem-se, assim, em um marco de identidade coletiva que passa a ser recriada, re-imaginada, reinventada e incorporada à construção de um novo cotidiano marcado pela ambigüidade da vida entre-lugares (MOTA, 2008, p. 312).

Tal relato exemplifica claramente as consequências da relação de pertencimento de um indivíduo em relação ao seu grupo, marcado pelo patriotismo demonstrado através da entoação do hino nacional brasileiro ou da presença da bandeira brasileira nas casas daqueles que migraram para os Estados Unidos. Tais atos representam ao próprio indivíduo seu pertencimento em relação ao povo brasileiro (um grupo, neste caso), ao menos enquanto não se sente parte da cultura do país estrangeiro (outro grupo).

Em se tratando especificamente do sistema de classificação racial utilizado pelo IBGE, Osório (2003) afirma que há uma extensa discussão sobre a identificação utilizada no Brasil:

Sabendo-se que, à luz do ideal de brancura vigente, é de se esperar que as pessoas que carregam menos traços negros em sua aparência tendam a se considerar brancas, e que essa tendência varia de acordo com a situação socioeconômica, com as pessoas mais abastadas também tendendo à escolha do branco, o fato de a classificação de cor ser realizada por auto-atribuição pode se afigurar problemático (OSÓRIO, 2003, p. 13).

Uma possível forma de se contornar esse problema seria adotar a percepção identitária racial pelo outro, o que, teoricamente, conferiria maior objetividade à classificação, uma vez que os entrevistadores poderiam ser treinados para reconhecer fenótipos. Entretanto, conforme afirmado anteriormente, a adoção de qualquer um dos dois critérios constitui uma

escolha entre subjetividades de classificação.

Osório (2003) apresenta ainda resultados de algumas pesquisas que utilizaram os métodos de classificação racial. A pesquisa de Valle Silva, “As eleições de 1986 em São Paulo”, na qual foram utilizados os critérios de classificação racial tanto pelo entrevistador quanto pelo entrevistado, utilizou o termo “mulato” para designar os mestiços e enfrentou certa resistência dos entrevistados, que solicitaram seu enquadramento racial como morenos. Além disso, considerando o nível de escolaridade e a renda familiar dos entrevistados, o autor pôde concluir que as discrepâncias entre a raça apontada pelo entrevistador e aquela declarada pelo entrevistado eram explicadas por sua relação com o nível socioeconômico dos entrevistados, que tendiam ao “embranquecimento”.

O autor cita ainda outras pesquisas, um levantamento realizado pelo **Instituto Data Folha** em 1995, em que a partir da utilização de ambos os critérios descritos para a classificação racial dos entrevistados foi encontrado um grau de concordância de 72% entre os registros, e a Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS) de 1996, em que o percentual atingiu 89%.

Com relação aos altos percentuais encontrados nas pesquisas, Osório (2003, p. 16) afirma que “o fato de em todos os levantamentos haver um elevado grau de concordância não deve ser encarado como algo surpreendente: entrevistadores e entrevistados compartilham, em algum grau, as mesmas percepções sobre raça”.

A classificação racial utilizada pelo IBGE sofre críticas por ser pobre com relação à riqueza do vocabulário empregado pelos brasileiros para designar sua identidade racial. Diante de tal afirmação, ainda em 1976 foram incluídas na PNAD questões referentes à cor: uma espontânea, sem categorias pré-definidas, e outra induzida, com as categorias branco, preto, amarelo e pardo⁵. Apesar de a pesquisa ter encontrado 136 diferentes denominações de cor na questão espontânea, as categorias utilizadas na questão induzida foram citadas por 57% dos entrevistados na primeira questão e outros 38% utilizaram os termos “morena”, “morena-clara” ou “clara”, o que permitiu concluir que 95% das respostas contemplavam apenas sete termos (OSÓRIO, 2003).

Outra pesquisa que comparou a cor atribuída espontaneamente e a induzida foi conduzida pelo **Data Folha** em 1995 e atingiu resultado semelhante. Considerando a inclusão da categoria indígena, o resultado apontou que 94% dos entrevistados declararam sua raça ou cor dentre as oito categorias, as sete da pesquisa anteriormente citada mais a indígena.

⁵ A categoria indígena foi incluída posteriormente em questões referentes à raça pelo IBGE.

Diante desses resultados e da opção pelo termo “moreno” torna-se perceptível uma recusa pela utilização da classificação racial como pardo.

Mas quem é pardo? A categoria parda é a dos mestiços, de qualquer tipo resultante da miscigenação das outras quatro categorias raciais “puras” da classificação. Todavia, em virtude das características da composição da população brasileira e da imigração ao longo da história, é lícito assumir que praticamente todos os pardos devem ter ao menos o branco e o preto como ascendentes, pois os índios foram sistematicamente exterminados e empurrados para as fronteiras do território nacional e a imigração asiática foi extremamente concentrada em determinadas áreas. Obviamente, não se exclui a possibilidade de que possam existir mestiços só de brancos com amarelos e/ou indígenas, ou só de negros com esses dois últimos grupos. No entanto, essa é uma probabilidade muito pequena: a esmagadora maioria dos mestiços brasileiros muito provavelmente tem ao menos um preto e um branco entre os seus ascendentes (OSÓRIO, 2003, p. 30).

Na verdade, o termo pardo historicamente carrega uma carga negativa: é a lembrança da mistura de negros e brancos, o que significa que “a reivindicação da morenidade não é mais que uma das muitas faces do racismo e da persistência do ideal de embranquecimento” (OSÓRIO, 2003, p. 32-33). Desta maneira, a adoção do termo “moreno” como raça admitiria uma concessão formal e inadmissível ao racismo.

Considerações finais

O Brasil é um país de modernidade tardia em que “a ideia de se buscar uma identidade nacional única está mais que superada” pelo argumento de que a sociedade não acomoda premissas que nivelam “seus membros a características únicas e, o que é pior, estáticas, como se fosse possível a seres humanos pararem de se transformar socialmente”, uma vez que o caráter brasileiro está o tempo todo sofrendo mutações, o que não o difere em nada de outras nações com trajetórias semelhantes (SCHEYERL; SIQUEIRA, 2008, p. 389).

[As singularidades] apresentam e representam cada pedaço dessa terra chamada Brasil e estão o tempo todo se desfazendo e se refazendo, contestando todas as certezas. Se há nessa polêmica toda uma coisa certa é que existem muitos países dentro de um país, inúmeras identidades brasileiras com múltiplas e sempre provisórias peculiaridades (SCHEYERL; SIQUEIRA, 2008, p. 389).

Assim, qualquer abordagem que se tome como a identidade do brasileiro é mais que uma escolha, uma exclusão, que não pode se pretender definitiva, inclusive por circunstâncias históricas que determinaram e continuam a determinar a emergência desses traços (RIBEIRO, 1994).

Faz-se necessário salientar que a análise de respostas em questionários de cultura

política (e também nos demais questionários) envolvendo a variável percepção identitária racial, seja ela pelo próprio entrevistado ou pelo entrevistador, apresenta, intrinsecamente, uma dificuldade de mensuração das informações colhidas, uma vez que a percepção identitária varia de acordo com a subjetividade do indivíduo.

Destaque-se ainda que as categorias utilizadas pelo IBGE em suas pesquisas não se constituem em um problema, uma vez que os termos utilizados pelos brasileiros para sua autodescrição são restritos, o que justifica a indução como forma de questionamento e, ainda, por questões históricas e antirracistas, a utilização do termo “pardo” em detrimento de “moreno”, que “revela uma espécie de recalque coletivo que trai a rejeição da ascendência negra e da valorização das muitas contribuições realizadas pelos africanos transmigrados à força para o Brasil e por seus descendentes” (OSÓRIO, 2003, p. 35).

Mitchell (2009, p. 275), ao discorrer especificamente sobre indivíduos afro-brasileiros e brasileiros brancos, afirma que muitos estudiosos da política nacional em termos de opinião pública não encontraram diferenças nos resultados de suas pesquisas entre os membros dos referidos grupos, dentre os quais destaca Mainwaring *et al*, Hagopian e von Metteinheim.

Por fim, ressalte-se que ainda que em pesquisas em que a percepção identitária racial é informada tanto pelo entrevistado quanto pelo entrevistador seria interessante considerar também características dos membros do segundo grupo, em especial sua cor ou raça (CARVALHO, 2005).

Diante do exposto, a conclusão do presente trabalho se dá no sentido de que o critério utilizado pelo IBGE pode ser utilizado em pesquisas relacionadas à cultura política, tanto no que concerne à classificação racial quanto à percepção da referida característica por parte do entrevistado (autopercepção) e pelo entrevistador. Entretanto, cabe uma ressalva à sua utilização quando da aplicação de questionários destinados à identificação do público alvo de determinados programas sociais ou políticas públicas, situações em que os indivíduos podem manipular sua autopercepção identitária racial conforme suas necessidades. Outro ponto de atenção a ser verificado quando da realização de pesquisas é o critério de classificação racial a ser utilizado pelos entrevistadores, a fim de que os resultados encontrados sejam realmente homogêneos, ao menos em relação à percepção visual daqueles.

Referências bibliográficas

- AGIER, M. Distúrbios identitários em tempos de globalização. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, 2001.
- AMORIM, M. S. S. de. **Cultura política e decisão eleitoral no Oeste do Paraná**.

Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

BOLOGNESI, B. **A cultura política dos alunos da UFPR: valores e origens políticas no corpo discente 2005/2006**. São Paulo: CIS-ANPOCS, 2006.

CARVALHO, J. M. de. O motivo edênico do imaginário social brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, n. 13, 1998.

CARVALHO, M. Quem é negro, quem é branco: desempenho escolar e classificação racial de alunos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 28, 2005.

CODATO, A. N. *et al.* **Perfil da elite política paranaense 1994-2002**. São Paulo: CIS-ANPOCS, 2004.

CODATO, A. N.; COSTA, P. R. N.; PERISSINOTTO, R. M. **Quem governa? Mapeando as elites políticas e econômicas no Paraná contemporâneo (2003-2006)**. São Paulo: CIS-ANPOCS, 2006.

DAMATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis: Para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

DEL PRETTE, A.; DEL PRETTE, Z. A. P. Assertividade sistema de crenças e identidade social. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 9, n. 13, 2003.

FREYRE, G. **Casa grande e senzala**. 4. ed. Brasília: UnB, 1963.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 4. ed. Brasília: UnB, 1963.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

LATIN American Public Opinion Project. **A cultura política da democracia: Brasil, 2008**. Nashville: Vanderbilt University, 2008.

LOPES, L. C. **Brasil: automenosprezo e racismo**. Disponível em <http://www.cartamaior.com.br/templates/analiseMostrar.cfm?coluna_id=4553>. Acesso em: 11 jun. 2010.

MAUSS, M. Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a noção de “eu”. In: MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MITCHELL, G. Identidade coletiva negra e escolha eleitoral no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 15, n. 2, 2009.

MOTA, K. M. S. O tripé identidade, língua e nação nas falas de jovens brasileiros imigrantes nos Estados Unidos. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 47, n. 2, 2008.

OSÓRIO, R. G. **O sistema classificatório de “cor ou raça” do IBGE**. Brasília: IPEA, 2003.

PERISSINOTTO, R. M. **Notas metodológicas sobre estudo de elites**. Disponível em <<http://www.nusp.ufpr.br>>. Acesso em 11/03/2010.

PERISSINOTTO, R. M.; GOUVÊA, J. C.; CODATO, A. N. **A elite política do Paraná, 2003-2006**. São Paulo: CIS-ANPOCS, 2005.

PERISSINOTTO, R. M.; GOUVÊA, J. C.; CODATO, A. N. **As elites administrativas, parlamentares e partidárias do Paraná, 1995-2006**. São Paulo: CIS-ANPOCS, 2005b.

PRAXEDES, R. R. **Reflexões sobre uma identidade afro-descendente**. Disponível em <<http://www.espacoacademico.com.br/023/23rpraxedes.htm>>. Acesso em 13/05/2010.

QUEIROZ, M. I. P. de. Identidade cultural, identidade nacional no Brasil. **Tempo Social**, São Paulo, v. 1, n. 1, 1989.

RIBEIRO, H. **A identidade do brasileiro**. “Capado, sangrado” e festeiro. Petrópolis: Vozes, 1994.

SANTOS, B. de S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São

Paulo: Cortez, 1995.

SCHEYERL, D.; SIQUEIRA, S. O Brasil pelo olhar do outro: representações de estrangeiros sobre os brasileiros de hoje. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 47, n. 2, 2008.

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

WORLD Values Survey. **2005-2006 World Values Survey**. Michigan: World Values Survey, 2006.

ZAMBOM, M. P. **Uma comparação racial da auto-estima e do auto-conceito de adolescentes negros e brancos**. Monografia de Graduação. São Carlos: UFSCar, 2003.